

GRUPOS REFLEXIVOS SOBRE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: TEMAS EMERGENTES

Helena Cristina Almeida Pasin

Juliana Gomes Fiorott

Bruna Puente Hensel

Andréia Isabel Giacomozzi

Andréa Barbará da Silva Bousfield

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir as principais temáticas emergentes em grupos reflexivos sobre adoção desenvolvidos por meio de um projeto de pesquisa e extensão universitária. Realizamos observação participante em três ciclos grupais para pretendentes à adoção e três ciclos para mães e pais por adoção. Nos processos grupais realizados, foram encontradas cinco principais temáticas nos grupos com pretendentes e cinco com mães e pais por adoção. Foi possível perceber os receios dos pretendentes em relação ao que esperar dos(as) futuros(as) filhos(as), ao passo que as mães e pais já estavam vivenciando e enfrentando dificuldades relacionadas à convivência. O trabalho grupal pode ser uma forma profícua de trabalhar as demandas específicas dos pretendentes, mães e pais.

Palavras-chave: Adoção; Grupos reflexivos; Psicologia jurídica.

SUPPORT GROUPS ON THE ADOPTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: EMERGING THEMES

ABSTRACT

This study aims to discuss the main emerging themes in reflective groups on adoption developed through a research project and university extension program. We carried out participant observation in three group cycles for prospective adopters and three cycles for adoptive mothers and fathers. In the groups' meetings, we found five main themes with prospective adopters and five with adoptive mothers and fathers. It was possible to perceive the fears of the prospective adopters regarding what to expect from their future children, while the mothers and fathers were already experiencing and facing difficulties related to living together. Group work can be a fruitful way of working with the specific demands of prospective adopters, mothers, and fathers.

Keywords: Adoption; Support groups; Forensic psychology.

GRUPOS DE REFLEXIÓN SOBRE LA ADOPCIÓN DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES: TEMAS EMERGENTES

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir los principales temas emergentes de grupos reflexivos sobre la adopción desarrollados a través de un proyecto de investigación y extensión universitaria. Realizamos observación participante en tres ciclos grupales para solicitantes de adopción y tres ciclos para madres y padres por adopción. En los procesos grupales realizados, se encontraron cinco temas principales en los grupos con pretendientes y cinco con madres y padres. Se pudo percibir los temores de los solicitantes sobre qué esperar de sus futuros hijos e hijas, mientras que las madres y padres ya estaban experimentando y enfrentando dificultades relacionadas con la convivencia. El trabajo grupal puede ser una forma fructífera de trabajar con las demandas específicas de pretendientes, madres y padres.

Palabras clave: Adopción; Grupos reflexivos; Psicología jurídica.

A adoção de crianças e adolescentes no Brasil historicamente esteve mais associada ao interesse dos adultos do que aos direitos e necessidades das crianças e adolescentes (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de junho de 1990 (Brasil, 1990) e posteriormente reforçada pela Lei da adoção, Lei 12.010/09 (Brasil, 2009) que a prática da adoção foi regulamentada e pensada especificamente a favor da criança e do adolescente. Foi com base no ECA que os direitos dos filhos biológicos foram equiparados aos filhos por adoção. A legislação brasileira sobre adoção passou por inúmeras alterações e atualmente ela é regulamentada pela Lei 13.509/2017 (Brasil, 2017), mas historicamente se baseia na ideia de encontrar famílias para as crianças e adolescentes que estão aptas juridicamente para adoção (Maux & Dutra, 2010).

Para a realização da adoção é necessário que os(as) pretendentes se habilitem por meio de processo judicial, que segundo o Conselho Nacional de Justiça - CNJ (CNJ, 2020), inicia com a entrega de documentos para a análise dos profissionais. Em seguida, passam para a avaliação psicossocial realizada pela equipe técnica interprofissional do poder judiciário. Além disso, durante o processo de habilitação, os pretendentes precisam participar de programas de preparação oferecidos pelo judiciário sobre a temática da adoção, que normalmente ocorre em formato grupal sob a orientação dos técnicos do serviço e recebem a análise do requerimento pela autoridade judiciária. Após a habilitação pela equipe os pretendentes são inseridos no Sistema Nacional de Adoção (SNA) e aguardam a chegada dos(as) filhos(as) (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

Assim, o processo de adoção divide-se em fases, a primeira após a habilitação é quando a equipe técnica entra em contato com os habilitados seguindo a ordem do cadastro do Sistema Nacional de Adoção (SNA) quando existe uma criança ou adolescente que se encaixa no perfil definido pelos(as) os(as) pretendentes, em seguida, se os pretendentes estiverem dispostos, a criança ou adolescente é preparado para conhecê-los. Depois da apresentação, inicia-se o período de aproximação. Nesse momento a criança e/ou adolescente criam maior afinidade com a pessoa ou casal e a família também com a criança. Dessa forma, a aproximação avança de forma gradual e conforme a vinculação se estabelece inicia-se a convivência no ambiente familiar.

O estágio de convivência inicia com o objetivo da criação e desenvolvimento de vínculos entre a criança/adolescente e a família e essa fase tem prazo de 90 dias com a possibilidade de prorrogação por igual período. Apenas após o estágio de convivência e a aprovação jurídica que a guarda se torna definitiva (Silva, Cassarino-Perez, Sarriera, & Frizzo, 2017). Todo processo visa a construção e fortalecimento de vínculos entre a criança e/ou adolescente e a família e deve ser acompanhado por profissionais da equipe multiprofissional do poder judiciário e do serviço de acolhimento que envolve assistentes sociais e psicólogos(as).

Para além do acompanhamento oferecido pelas equipes técnicas, existem espaços grupais que proporcionam devida preparação e acompanhamento psicológico às famílias. Tais grupos se diferem do curso obrigatório oferecido pelo poder judiciário que acontece apenas na fase de habilitação na maioria das situações, possuindo um caráter informativo. Nos grupos reflexivos as necessidades dos pretendentes, mães e pais por adoção norteiam as discussões. É um espaço para compartilhar e discutir sobre as questões da adoção (Fiorott, Palma, & Ecker, 2019).

É importante diferenciar os dois principais grupos disponíveis neste contexto. O primeiro é representado pelos Grupos Apoio à Adoção (GAA) que, em grande parte, são vinculados a organizações sem fins lucrativos e, geralmente, coordenados por pais ou mães adotivas ou demais pessoas a favor de uma nova cultura da adoção (Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018).

Há, também, os Grupos Reflexivos, uma estratégia de promoção de saúde da família adotiva. São voltados aos aspectos psicológicos e emocionais que estão envolvidos no processo da adoção, sendo mediados geralmente por profissional da Psicologia, podendo ter efeito terapêutico secundário e sendo majoritariamente promovidos pelas Universidades no contexto brasileiro (Carvalho, Gomes, Pizzitola, Santos, & Ishara, 2017).

Nesse cenário, grupos reflexivos podem ser um espaço de compartilhamento de angústias, experiências e novas formas de enfrentar possíveis situações adversas relacionadas à adoção, desenvolvendo um ambiente de aprendizagem a partir do auxílio mútuo (Levy, Diuana, & Pinho, 2009). O espaço grupal também é um local acolhedor para que os pretendentes, pais e mães externalizem seus medos e preocupações, livre de julgamentos (Fiorott, Miranda, Bousfield, Giacomozzi, & Justo, 2020; Santos, 2004; Scorsolini-Comin, Amato, & Santos, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Para os pretendentes é um espaço qualificado de escuta e de desconstrução de expectativas irreais, além de proporcionar reflexão sobre a chegada de um(a) filho(a). Para mães e pais, principalmente, o grupo pode atuar como um potente espaço que fornece identificação dos que passam por momentos difíceis no pós adoção, fornecendo suporte para o enfrentamento de crises, angústias e problemas na inserção da criança/adolescente na família, permitindo a desindividualização de questões que são comuns aos participantes do grupo, percebendo as similaridades e as singularidades dos seus processos (Moré & Ribeiro, 2010; Miranda, Fiorott, Giacomozzi, & Bousfield, 2020). Dessa forma, diferentes temáticas são discutidas nos contextos de grupos de preparação e de pós adoção.

Pesquisas sobre o trabalho com grupos de preparação para adoção referem que os conteúdos presentes nos grupos envolvem questões sobre as expectativas e idealizações em relação à adoção, o perfil desejado para adoção, as demandas do período pós adoção, mitos e medos sobre a família de origem (Menezes & Dias, 2018; Sequeira & Stella, 2014).

A respeito do trabalho de grupos exclusivo com mães e pais por adoção, este ainda é incipiente no cenário brasileiro, pois em geral os grupos ocorrem ou somente com pretendentes (com o objetivo de preparação) ou de forma mista, entre pretendentes, mães e pais. Ainda assim, as demandas mais emergentes no cenário grupal com mães e pais adotivos envolvem os desafios presentes na fase inicial da convivência, a formação de vínculos, diferentes preconceitos vivenciados, aspectos comportamentais dos/as filhos/as adotivos e história de origem da criança/adolescente (Miranda et al., 2020; Fiorott et al., 2020; Campos, Bohm, Jesus, Santos, & Santoucy, 2017; Levy et al., 2009).

Como questões para discussão no pós adoção podemos citar: a passagem por instituições de acolhimento, que nem sempre propiciam as melhores condições para o desenvolvimento, a construção do vínculo parento-filial, ocorrendo o teste do apego realizados pelas crianças ou adolescentes com os pais, a dificuldade das crianças/adolescentes em distinguir o que deseja e compreende da adoção, as marcas e traumas deixadas por violências e negligências sofridos e as fantasias criadas tanto pelos pais quanto pelas crianças (Sampaio et al., 2018). Além disso: o despreparo psicológico de pais e filhos, a não elaboração do luto da esterilidade ou infertilidade, a motivação da adoção como caridade e dificuldades de convivência, que podem levar a desistências do projeto adotivo, assim como sofrimento psíquico de ambas as partes (Riede & Sartori, 2013; Oliveira, Neis, & Falcke, 2020).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo discutir as principais temáticas emergentes em grupos reflexivos sobre adoção desenvolvidos por meio de um projeto de pesquisa e extensão universitária. O estudo também visa a contribuir com o fomento de práticas profissionais direcionadas ao campo da adoção, seja no período de preparação ou no acompanhamento pós adoção, entendendo as especificidades que compõem a filiação adotiva.

MÉTODO

Foi utilizada como estratégia de produção de dados a observação participante, haja vista que esse método permite acompanhar o andamento e a evolução do grupo (Valladares, 2007). Foram realizadas três observações participantes em ciclos de grupos reflexivos para pretendentes à adoção e três observações participantes em ciclos de grupos reflexivos para mães e pais por adoção, durante 32 sessões que ocorreram durante o ano de 2019 e 2020. Foram realizados registros em diário de campo de cada encontro. A mediação dos grupos ocorreu a partir da literatura especializada sobre grupos no contexto da adoção e da experiência das pesquisadoras. Foram mediadoras dos processos grupais uma psicóloga e uma estudante de graduação em psicologia.

O projeto de extensão se caracteriza por encontros que tiveram a duração aproximada de uma hora e trinta minutos e aconteceram quinzenalmente. No total no ano de 2019 foram atendidas 31 pessoas presencialmente e em 2020 foram 60 participantes através da modalidade virtual, tanto pretendentes quanto mães e pais por adoção.

Os encontros tiveram questões disparadoras a partir de temáticas de interesse dos participantes que se repetiram ao longo do desenvolvimento de novos ciclos grupais. As temáticas eram indicadas no formulário de inscrição preenchido pelos participantes ou conforme demandas que emergiram nos encontros e eram identificadas pelas coordenadoras. A inscrição e participação no grupo se deu de forma voluntária e foram utilizadas redes sociais e aplicativos de mensagens para divulgação destas.

PARTICIPANTES

Os ciclos de grupos com mães e pais por adoção contaram com o total de 32 participantes, sendo que dois estavam em estágio de aproximação, 11 em estágio de convivência, três com guarda provisória e 16 com guarda definitiva. Sobre os ciclos grupais de preparação para adoção, participaram dos grupos 59 pretendentes, sendo que 18 estavam pensando sobre adoção, mas ainda não haviam iniciado o processo de habilitação, 32 estavam em processo de habilitação, oito já estavam habilitados e um estava em processo de aproximação quando iniciaram os encontros do grupo.

ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa e extensão realizado nos anos de 2019 e 2020 está de acordo com as diretrizes e as normas da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Após o cadastro na Plataforma Brasil, o projeto de pesquisa foi submetido a avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos e obteve parecer favorável de nº 00960918.7.000.0121.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As temáticas emergentes nos grupos reflexivos sobre adoção foram divididas em dois grupos: de pretendentes e de mães e pais (Quadro 1). Para realizar a divisão, consideramos que mesmo que as temáticas se assemelhem, são diferentes devido à particularidade do processo adotivo na qual se encontram.

Quadro 1

Temáticas emergentes

Grupos de pretendentes à adoção	Grupos de mães e pais por adoção
Motivação para adoção, idealizações, ansiedades e expectativas.	Construção e fortalecimento de vínculos.
Perfil escolhido e mitos sobre fases do desenvolvimento.	Fases do desenvolvimento.
Família de origem e história da criança ou adolescente.	Família de origem e história da criança ou adolescente.
Como e quando contar para o(a) filho(a) sobre a adoção.	Desafios da adoção - regressão, testes, limites, cansaço.
Preconceitos.	Preconceitos.

Os conteúdos discutidos e refletidos em cada grupo estão relacionados ao estágio do processo adotivo no qual os participantes se encontram. Os pretendentes ainda estão na fase de preparação e apenas imaginam a chegada dos(as) filhos(as), os problemas e as

felicidades que poderão experienciar. De outro modo, as mães e pais já convivem com seus(as) filhos(as) e vivenciam as potencialidades e os desafios da adoção.

PRETENDENTES

As motivações dos pretendentes precisam de atenção porque refletem diretamente na qualidade e no sucesso da construção dos vínculos no pós-adoção (Sampaio, Magalhães, & Machado, 2020). Portanto, se as motivações estiverem baseadas em crenças ou expectativas que não condizem com as vivências das crianças ou adolescentes, podem causar frustrações significativas após a chegada da criança/adolescente.

Nos ciclos grupais acompanhados verificamos que as principais motivações para adoção foram: desejo de formar uma família, impossibilidade de gestar/engravidar (por outro motivo que não a infertilidade), desejo de ter um filho(a) e desejo de ajudar uma criança. De maneira similar com os achados de Araujo e Faro (2017), Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2015) e Gondim et al (2008), que identificaram desejo de formar uma família, vontade de ter um filho, ajudar uma criança e dificuldade de engravidar/infertilidade como principais motivações para adoção.

Outro ponto importante sobre a motivação das mães e pais, é o local ocupado pelo(a) filho(a) no projeto adotivo e qual será o papel dessa criança/adolescente na família. Essa questão deve ser pensada para que frustrações sejam evitadas, tanto dos pais quanto dos(as) filhos(as). Dessa forma, nos grupos acompanhados, as motivações foram trabalhadas com o objetivo de mapear as expectativas dos participantes sobre o projeto adotivo. Espaços foram abertos para reflexões sobre a realidade das crianças e da adoção no país. Ao longo dos encontros as mediadoras proporcionaram reflexões sobre a desconstrução dos(as) filhos(as) idealizados e das fantasias que os pretendentes tinham em relação à parentalidade.

As idealizações e fantasias envolvidas na motivação para adoção se relacionam diretamente com a temática do perfil escolhido e mitos sobre fases do desenvolvimento, visto que envolvem as características das crianças/adolescentes, a idade e a fase do desenvolvimento. Nos encontros grupais foi possível observar que os pretendentes têm preferências por crianças menores (até cinco anos, em média), sem doenças crônicas e com cor de pele semelhante a deles. Os participantes demonstraram receio em receber crianças mais velhas ou adolescentes por considerarem difícil ou quase impossível modificar comportamentos que não condizem com os valores da nova família.

Também houve falas sobre conseguir acompanhar o desenvolvimento do(a) filho(a) desde a primeira infância, além da necessidade de algumas pretendentes de maternar um bebê. Sobre a cor da pele semelhante à dos adotantes, foi relatado receio que os filhos sofrem preconceito nos ambientes que os pretendentes frequentam por serem diferentes de seus pais. Dados bastante semelhantes foram encontrados em pesquisa de Giacomozzi et al. (2015).

O perfil pretendido envolve escolhas bastante específicas dos futuros pais, como cor da pele, sexo da criança/adolescente, idade, presença de doenças, entre outros. Por esse motivo, algumas crenças e preconceitos surgem e influenciam diretamente na escolha do perfil. Estudos brasileiros apontam que pretendentes têm preferência por crianças menores, brancas e do sexo feminino (Schwochow, Almeida, & Frizzo, 2020; Giacomozzi et al., 2015). A partir desses dados, as reflexões sobre o assunto nos encontros grupais foram sobre os mitos, as inseguranças e os preconceitos que existem em relação ao perfil escolhido para adoção e que podem ser pensados e modificados.

A principal questão sobre o perfil discutida nos grupos com pretendentes foi sobre as fases do desenvolvimento e os mitos que permeiam a idade e a personalidade das crianças mais velhas. Foi observado que alguns pretendentes carregam a ideia de que crianças maiores já “estão prontas”, não podem mais ser “moldadas” e já chegam com maus hábitos, portanto, isso impediria a adaptação em uma nova família, com novas regras. Durante os encontros foram promovidas discussões acerca das crenças sobre a idade das crianças, com o objetivo de fazer com que os participantes lembrassem da própria história e suas fases do desenvolvimento infantojuvenil.

Percebemos a importância de trazer discussões acerca desta temática dentro dos grupos, pois diversos participantes ainda não tinham entrado em contato com tais reflexões, já que as pré-concepções estão arraigadas no pensamento social sobre quais comportamentos e desenvolvimento socioemocional são esperados em cada fase do desenvolvimento. Portanto, o papel da mediação foi levantar questionamentos, discussões e reflexões sobre a escolha do perfil, assim como demonstrar dados e estudos sobre as questões abordadas, para possibilitar ao grupo uma construção coletiva e mais consciente a respeito da escolha do perfil. Ao final de cada ciclo grupal foi disponibilizado um material com diversas indicações de leitura científica para os participantes, que envolviam aspectos da adoção e do desenvolvimento humano.

O tema família de origem e história da criança ou adolescente surgia com frequência durante os encontros, então as mediadoras reservaram para os grupos momentos específicos para discutir com mais profundidade sobre esse assunto. A preocupação com a história da criança e sua família de origem aparece principalmente quando se fala em adoção de crianças mais velhas, que correspondem a adoção de crianças maiores de dois anos e adolescentes (Associação dos Magistrados Brasileiros, 2014; Machado, Ferreira, & Seron, 2015).

Existem problematizações sobre como deve ser chamada a adoção de crianças mais velhas (Machado, Ferreira, & Seron, 2015). Alguns autores utilizam o termo adoções tardias (Sampaio et al., 2018; Sampaio et al., 2020; Silva et al., 2017) e outros utilizam o termo adoções necessárias (Borges & Scorsolini-Comin, 2020). Portanto, neste estudo, os termos serão substituídos pela descrição “crianças mais velhas”, partindo do entendimento que este termo se trata de uma oposição à ideia de que existe um tempo ideal ou “atrasado” para adotar (Machado et al., 2015).

O poder familiar só é destituído quando ocorrem situações graves de violação de direitos (Livramento, Brasil, Charpinel, & Rosa, 2012). Dessa forma, a maior parte das crianças disponíveis para adoção têm histórias de vida difíceis. As crianças mais velhas apresentam lembranças sobre sua história e algumas vezes sentem a necessidade de falar sobre (Fernandes & Santos, 2019; Sampaio et al., 2018). Assim, a nova família precisa ser sensível, saber que os(as) filhos(as) podem apresentar dificuldades e também estar disponível para dar suporte (Schwochow et al., 2020) com persistência e paciência (Peixoto, Giacomozzi, Bousfield, Berri, & Fiorott, 2019).

Um ponto indispensável destacado pela mediação foi o objetivo legal do processo de adoção, que é encontrar famílias para as crianças e adolescentes acolhidos e não o contrário. Para o bom desenvolvimento do grupo e melhor preparo para os pretendentes, a realidade sobre a adoção brasileira foi exposta para os participantes, com o objetivo de diminuir as idealizações deles sobre histórias de origem “mais brandas”, ou seja, idealizações de crianças e adolescentes que não apresentam um histórico de negligências e/ou violências. Discussões foram feitas para que os futuros pais entendessem que provavelmente a criança ou adolescente não chegará da forma que eles idealizaram, mas

que com a convivência, dedicação, afeto e paciência é possível construir vínculos e estabelecer relações familiares saudáveis.

Sobre os possíveis traumas das crianças, os participantes se mostraram receosos, mas já tinham em seu discurso o pensamento de buscar ajuda profissional e realizar tentativas de adaptação no convívio familiar, para que a experiência com a nova família fosse a melhor possível. Percebemos, portanto, que mostrar as possibilidades da adoção, do desenvolvimento de vínculos e o objetivo legal da adoção aos participantes resultou em um pensamento mais condizente com o que os futuros pais poderiam encontrar.

Uma constante angústia entre os pretendentes à adoção é a revelação sobre adoção. Considerando a realidade brasileira e todos os estigmas relacionados à adoção no país, é recorrente que os pretendentes demonstrem receio sobre o assunto e tenham dificuldade em imaginar como revelar a verdade aos seus/suas filhos(as), adiando o momento da revelação por medo das possíveis consequências, como abandono por parte dos filhos ou rompimento dos vínculos afetivos (Maux & Dutra, 2010).

Sobre esse tema, algumas reflexões foram feitas a respeito das mentiras ou da omissão da origem dos(as) filhos(as), considerando crianças pequenas que não apresentariam lembranças sobre a família de origem. Um pouco debatido nos encontros grupais foi que o ideal é que a criança saiba da verdade desde o início da convivência familiar (Huber & Siqueira, 2010; Lipp, Mello, & Ribeiro, 2011; Maux & Dutra, 2010). Assim, as crianças/adolescentes não precisarão passar pelo momento de descoberta após anos de convivência sem o conhecimento que são filhos(as) adotivos e deste modo, podem se apropriar da própria história.

Da mesma maneira, os pais não precisarão passar pelo sofrimento da mentira/omissão, nem esperar pelo momento ideal para a revelação. Discutir esse assunto mostra-se importante para que o desenvolvimento das relações familiares seja o mais emocionalmente saudável possível, inserindo todos os personagens e dando o protagonismo para os filhos, que merecem ser donos da própria história.

A adoção ainda é acompanhada de diversos preconceitos e estigmas, que influenciam a visão da sociedade e dos pretendentes à adoção, por conta da longa história desta temática, em que a adoção foi compreendida de diferentes maneiras ao longo dos séculos, passando por momentos em que foi significada apenas como uma forma de fornecer filhos para pais impossibilitados biologicamente, ou um ato de caridade, até chegar nos dias de hoje, compreendida como uma forma de constituição familiar (Maux & Dutra, 2010).

Durante os encontros foi proposto que os pretendentes refletissem sobre as próprias concepções estigmatizadas e sobre os estereótipos que permeiam a adoção, como as questões de raça e etnia, de gênero, casais homoafetivos e crenças, já apresentadas neste trabalho, em relação a características psicossociais individuais da criança, como modos de agir e pensar, que foram desenvolvidas em outro convívio familiar, preocupação com a história da criança e seus hábitos e outros mitos sobre o processo adotivo.

Percebemos que os principais preconceitos que envolvem os pretendentes à adoção estão relacionados a questões étnico-raciais e de idade. A literatura aponta que a preferência por crianças brancas ou pardas baseia-se na ideia de proximidade física entre os pais e a criança, devido ao fato de que a maior parte dos pretendentes se identifica como branca (Botelho, Cavalcante, Silva, & Fernandes, 2018; Gomes, Costa, Silva, & Campana, 2020). Da mesma maneira, além da cor da pele, que dificulta as adoções de crianças e adolescentes negros, outra questão é a idade, assim, uma criança/adolescente

negro que se encaixe em adoção de crianças mais velhas, tem as chances de adoção diminuídas (Botelho et al., 2018; Gomes et al., 2020).

O receio dos pretendentes em relação à adoção inter-racial está relacionado à dificuldade em pensar sobre os momentos em que o racismo será enfrentado. Essa modalidade de adoção demanda bastante dos pais, pois eles precisarão estar disponíveis para dar suporte aos(as) filhos(as) e auxiliar na construção de uma história condizente com sua identidade étnico-racial. Os pais precisam mostrar aos filhos que diferenças étnico-raciais estão presentes na sociedade, devem ser aceitas e o preconceito deve ser combatido. No entanto, este trabalho de conscientização sobre raça e estrutura social deve ser realizado em conjunto com a família extensa e a rede de apoio social desta família, partindo do pressuposto que os preconceitos étnico-raciais se encontram presente em toda a estrutura da sociedade (Hasenbalg, 2005).

MÃES E PAIS

Observamos no presente estudo que ainda que os adotantes estivessem em diferentes estágios do pós-adoção, a construção e fortalecimento de vínculos entre a família e a criança/adolescente é uma constante. Portanto, essa temática emergiu de modo a proporcionar aos pais e mães a reflexão sobre o vínculo como um processo que envolve uma construção, estabelecimento e fortalecimento. Estudo de Paulina, Ferreira, Bobato e Becker (2018) identificou que na perspectiva de mães e pais adotantes o vínculo afetivo foi construído de forma gradual, considerando as particularidades da adoção. É importante que mães e pais acolham as dificuldades presentes nos diferentes estágios do pós-adoção, com o objetivo de fortalecer o vínculo parento-filial (Sampaio et al., 2018).

Outra temática emergente nos ciclos grupais observados envolve a construção social a respeito das fases do desenvolvimento infantojuvenil. Ponto comum nos ciclos grupais que envolveu discussões sobre estereótipos de faixas etárias das crianças e adolescentes. Mães e pais buscam explicar os comportamentos de seus(suas) filhos(as), atribuindo causa à idade dos mesmos, como por exemplo a adolescência como uma fase difícil e de enfrentamentos. A respeito disso, muitos participantes relataram que entendiam que alguns comportamentos e dificuldades encontradas, principalmente em filhos(as) adolescentes, estavam relacionados à fase de desenvolvimento e não necessariamente ao processo adotivo, porém, mesmo com este entendimento, apresentavam dificuldade em saber como lidar com as situações, muitas envolvendo uso de tecnologias e enfrentamento de autoridade, o que dificultou o desenvolvimento da parentalidade. Estes comportamentos, de acordo com Oliveira et al. (2020), foram compreendidos como constituintes do período de desenvolvimento, como busca por autonomia e individualização, questionar regras e posições de autoridades, as quais devem ser bem trabalhadas para que não levem a desistência do processo adotivo.

Somado a isso, um aspecto que influencia na construção de vínculos futuros e que foi discutido nos encontros grupais, é a importância de se legitimar o passado da criança, não tentando apagar a sua história e as marcas deixadas, pois o acesso a esta história além de proporcionar que a criança/adolescente elabore suas vivências, tanto os traumas e as violências vividas, quanto o rompimento com a família biológica e a passagem por instituições, permite que a família adotiva compreenda o percurso que a criança ou adolescente passou, podendo ajudá-la a lidar com as dificuldades que possam surgir (Sampaio et al., 2018). Somado a isso, o entendimento de que se tem uma história prévia, permite que os pais entendam que a criança/adolescente apresentará comportamentos,

gostos e hábitos de rotina que são frutos dessas vivências e que podem não corresponder com as expectativas do filho(a) imaginado esperado e que devem ser trabalhadas (Oliveira et al., 2020).

Outra questão quanto a história vivida, que foi discutida pelos participantes nos encontros, foi as dificuldades que alguns encontraram em obter as informações a respeito de seus filhos durante e após o processo adotivo, informações como a história das crianças/adolescentes, histórico de saúde, parto e a violência ou negligência sofrida, pontuando a importância e os benefícios que vêm com o conhecimento dessas informações. Esta questão, além de ser compartilhada por vários pais e mães, também foi identificada por Sampaio et al. (2018) como um obstáculo comum enfrentado por famílias adotivas, que desconhecem informações relevantes sobre o histórico e saúde da criança, o que dificulta as famílias fornecerem subsídios para melhor auxiliar no desenvolvimento do(a) filho(a).

Muitos desafios, vivências e aprendizados são compartilhados em um processo grupal, o que permite uma troca mútua entre os participantes, que auxiliam e ampliam suas visões. Dessa forma, é criado um ambiente de aprendizado, assim como um local de escuta que acolhe e ajuda a elaborar coletivamente fantasias, sentimentos e dúvidas (Levy et al., 2009; Fiorott et al., 2019; Sequeira & Stella, 2014).

Assim, foi observado na presente experiência como desafios do projeto adotivo o cansaço mental que algumas mães vivenciavam, que se sentem exaustas mentalmente, por conta da dificuldade de lidar com os traumas e medos das crianças. De acordo com a literatura, em alguns casos muitas questões são gatilhos para os(as) filhos(as) e nem sempre as mães e pais sabem ou estão preparados para lidar com essas demandas (Sampaio et al., 2018).

Na presente experiência evidenciou-se pelos relatos dos participantes que as crianças e adolescentes realizavam testes sobre o amor recebido dos pais. A literatura entende os testes como consequência do abandono e traumas sofridos, em que muitos apresentam dificuldades na adaptação à nova rotina, novas regras da casa e apresentam comportamento diferente do esperado pela família. Muitas vezes as crianças demonstram um despreparo psicológico para adoção e dificuldades para compreender o que é amor, cuidado e família (Oliveira et al., 2020; Riede & Sartori, 2013; Sampaio et al., 2018).

Durante os testes de apego, nos ciclos grupais foram relatados comportamentos como tentativa de fuga de casa, afirmar que desejam voltar às instituições de acolhimento, assim como os enfrentamentos e questionamentos relatados anteriormente. Estes testes de apego e amor recebido muitas vezes surgem como uma tentativa de compreender os limites da família. As crianças e adolescentes, por já terem passado pela experiência de abandono, podem sentir a necessidade de testar os limites dos novos pais, portanto, a família deve estar pronta para acolher a criança e mostrar que enfrentará as dificuldades ao lado do(a) filho(a) (Sampaio et al., 2018).

Além dos testes para investigar os limites dos pais, as crianças ou adolescentes podem passar pela regressão assim que se sentirem acolhidas e seguras na nova família, apresentando comportamentos dependentes ou correspondentes ao de bebês (Sampaio et al., 2018), como se necessitassem passar pela maternagem (Alvarenga & Bittencourt, 2013). Esses comportamentos demonstram que a criança precisa “nascer” novamente naquela família e que permite que eles ofereçam segurança, cuidado e afeto a ela. Todo esse processo auxilia no estabelecimento da confiança e na construção de vínculos.

Os participantes relataram momentos em que seus(suas) filhos(as) apresentaram comportamentos regredidos, demandando maiores cuidados, como por exemplo: pedir

para dormir com os pais, ficar no colo da mãe como um bebê, solicitar alimentação no seio materno e realizar de forma simbólica um novo nascimento. As mães e pais se mostraram bastante acolhedores e demonstraram estar esperando essas atitudes dos(as) filhos(as).

Durante os encontros os pais relataram suas experiências e falaram sobre como esses comportamentos foram importantes para os(as) filhos(as) se perceberem pertencentes à família e se sentirem mais seguros. O comportamento regressivo é algo percebido pelas famílias no período de adaptação inicial pós-adoção, sendo possível que este comportamento ocorra na fase inicial, podendo repetir ao longo da consolidação dos vínculos parentais (Dias, Silva, & Fonseca, 2008; Vargas, 1998).

Por fim, outra temática emergente nos ciclos grupais refere-se aos diversos preconceitos que os pais e mães observavam em relação a suas constituições familiares, alguns deles foram: preconceito com a idade dos pais quando estes adotaram com uma idade mais avançada; preconceito com o gênero, da qual foi discutido sobre como as mães podem ser um exemplo para mudar estereótipos de gênero; preconceito que as próprias crianças/adolescentes têm com a adoção, devido aos tabus existentes na cultura e pela crença da importância de “ter o mesmo sangue” e preconceito com a etnia e raça.

Foi discutida a importância de que as mães e os pais trabalhem com seus filhos sobre como se posicionar e lidar com uma sociedade estruturalmente racista e perceber a dificuldade que seus filhos(as) apresentam em aceitar e valorizar suas próprias características. A partir dessa discussão, chegou-se à conclusão que se torna fundamental que seus filhos tenham referências de outras crianças ou de outros adultos negros e pardos, principalmente, por conta da maioria dos participantes dos ciclos grupais se identificarem como brancos.

A adoção inter-racial é a principal forma de adoção de crianças/adolescentes negros, mas não acontece com tanta frequência no Brasil, normalmente as adoções internacionais têm essa característica (Botelho, et al., 2018). Como dito anteriormente, a adoção inter-racial exige disponibilidade dos pais para auxiliar seus filhos no enfrentamento e na busca de seu lugar de pertencimento. A criança ou adolescente negro que convive apenas com pessoas brancas, pode sofrer para aceitar sua própria identidade e sentir-se rejeitada, da mesma forma que tem menos ferramentas para enfrentar o racismo (Botelho et al., 2018). Dessa forma, a convivência com outras pessoas negras pode trazer vantagens significativas para crianças e adolescentes negros adotados por famílias brancas, ponto comumente discutido nos ciclos grupais.

É necessário pensar além da família e pessoas próximas, possibilitar que o(a) filho(a) frequente espaços, sem que haja representatividade, como escola, atividades extracurriculares, espaços de lazer, entre outros. A escola é vista como um dos ambientes facilitadores na integração de um(a) filho(a) negro em uma família branca (Botelho, et al., 2018). Portanto, é importante escolher um local que consiga ajudar nesse sentido, para que a criança se veja em outros ambientes e se sinta representada em outros setores da vida.

A sociedade brasileira é permeada pelo preconceito racial, que repercute diretamente na vida das pessoas negras e dificulta a ascensão social, portanto, percebe-se a importância de se ter consciência do racismo estrutural e de como ele influencia a sociedade. As famílias devem estar atentas às questões étnicas de seus filhos e ajudá-los, fornecendo apoio e auxílio na elaboração de ferramentas de enfrentamento. Na presente experiência observamos que a adoção inter-racial demanda da mãe, pais e familiares o

combate ao preconceito e isso por vezes é visto como desgastante ou se sentem incapazes de realizar tal tarefa, porém, os grupos são locais potentes para discutir sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo discutir as principais temáticas emergentes em grupos reflexivos sobre adoção desenvolvidos por um projeto de pesquisa e extensão universitária. Além disso, buscou contribuir com o fomento de práticas profissionais direcionadas ao campo da adoção, seja no período de preparação ou no acompanhamento pós adoção, entendendo as especificidades que compõem a filiação adotiva.

Foi possível evidenciar que, ainda que existam temáticas comuns entre grupos de pretendentes e grupos de mães e pais, estas se diferem devido às vivências dos participantes do grupo e no momento em que os participantes estão do projeto adotivo. Nesse cenário, o presente estudo revelou cinco temáticas emergentes em processos grupais com pretendentes à adoção e cinco temáticas emergentes em ciclos grupais com mães e pais adotivos, sendo estas temáticas recorrentes, geradoras de reflexões que impulsionaram o processo grupal.

Nos processos grupais com pretendentes as temáticas emergentes foram: motivação para adoção, idealizações, ansiedades e expectativas; perfil escolhido e mitos sobre fases do desenvolvimento; família de origem e história da criança/adolescente; como e quando contar para o(a) filho(a) sobre a adoção; preconceitos. As principais temáticas nos processos grupais com mães e pais foram: construção e fortalecimento de vínculos; fases do desenvolvimento; família de origem e história da criança ou adolescente; desafios da adoção; preconceitos.

Por mais que as temáticas se relacionem nos diferentes momentos do processo adotivo, as demandas dos participantes variam conforme o estágio da parentalidade vivenciado por eles. Foi possível perceber os receios dos pretendentes em relação ao que esperar e como se portar diante dos(as) futuros(as) filhos(as), ao passo que as mães e pais já estavam vivenciando e enfrentando dificuldades relacionadas a convivência com os(as) filhos(as). O trabalho grupal com diferentes focos, sendo pretendentes separados de adotantes, pode ser uma forma profícua de trabalhar as demandas específicas de cada conjunto de participantes.

Cabe salientar que o relato se refere à vivência de um projeto de pesquisa e extensão, inserido em uma cidade específica e que, apesar de constarmos as temáticas emergentes e que foram recorrentes ao longo dos ciclos grupais, essas podem não representar a prática de grupos com pretendentes, mães e pais por adoção de outros lugares do Brasil. Assim, estudos sobre esse tema são sugeridos como forma de se visualizar e contrapor a prática de grupos no contexto da adoção.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, L. L., & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando Famílias, 17(1)*, 41-53. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlng=pt

- Araujo, A. I. S. F., & Faro, A. (2017). Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: Perspectivas de futuros pais adotivos. *Psicologia em Revista*, 23(3), 790-810. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p790-810>
- Associação dos Magistrados Brasileiros. (2014). Adoção passo a passo. Cartilha da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapasso.pdf>
- Borges, C. A. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). As adoções necessárias no contexto brasileiro: Características, desafios e visibilidade. *Psico-USF*, 25(2), 307-320. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250209>
- Botelho, E. M. F. A., Cavalcante, L. I. C., Silva, F. B., & Fernandes, R. D. (2018). Adoção de crianças negras: A visão de profissionais que atuam no sistema jurídico da infância e juventude. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, 10(19), 205-225. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/index.php/rbhcs/article/view/10681>
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm
- Brasil. (2009). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. *Dispõe sobre adoção*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm
- Brasil. (2017). Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. *Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm
- Campos, N. M. V., Bohm, C. H., Jesus, P. S., Santos, A. C. P., & Santoucy, L. B. (2017). Uma década do vivências e convivências: Acompanhamento em grupo de famílias adotantes. *Revista de Doutrina e Jurisprudência*, 108(2), 273-282. <http://dx.doi.org/10.22477/rdj.v108i2.123>
- Carvalho, F. A., Gomes, I. C., Pizzitola, J. M., Santos, M., & Ishara, Y. (2017). Grupos reflexivos com pretendentes a adoção: Alcances e limites. *Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade*, 48-67. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2020). Adoção. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Autor. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/adocao/>
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300010>
- Dias, C. M. D. S. B., Silva, R. V. B., & Souza, C. M. S. M. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos clínicos*, 1(1), 28-35. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100004&lng=pt&tlng=pt
- Fernandes, M. B., & Santos, D. K. (2019). Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 67-88. <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n63a04>
- Fiorott, J. G., Miranda, P. R. A., Bousfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., & Justo, A. M. (2020). Adotando novas formas de vínculo: Grupo com mães, pais e pretendentes à adoção. In G. M., Polli, & M. C. Antunes, (Orgs). *Intervenções em psicologia comunitária e da saúde* (pp. 105-126). Juruá.

- Fiorott, J. G., Palma, Y. A., & Ecker, D. D. I. (2019). Conceito de grupo-dispositivo no apoio à adoção: Desnaturalizando significados instituídos. *Ciências Psicológicas*, 13(2), 390-397. <http://dx.doi.org/10.22235/cp.v13i2.1895>
- Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64. https://doi.org/10.14195/1647-8606_58-1_3
- Gomes, G. R., Costa, D., Silva, R. S. C., & Campana, S. O. (2020). Adoção inter-racial e adoção tardia: Avanços e desafios na garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Revista Humanidades em Perspectivas*, 2(4), 116-130. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/115>
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, U. B., & Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&tlng=pt
- Hasenbalg, C. (2005). Estrutura de classes, estratificação social e raça. In *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (2 nd ed., pp. 96-129). Editora UFMG.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200014&lng=pt&tlng=pt
- Levy, L., Diuana, S., & Pinho, P. G. R. (2009). O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. *Advances in Health Psychology*, 17(1), 39-42. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p39-42>
- Lipp, L. K., Mello, A. B. G., & Ribeiro, M. M. S. M. (2011). O patinho feio no imaginário parental. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(2), 275-291. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982011000200008>
- Livramento, A. M., Brasil, J. A., Charpinel, C. P., & Rosa, E. M. (2012). A produção de famílias negligentes: Analisando processos de destituição do poder familiar. *Argumentum*, 4(1), 173-186. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i1.2938>
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: Sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2015v6n1p65>
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: Algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&tlng=pt
- Miranda, P. R. A., Fiorott, J. G., Giacomozzi, A. I., & Bousfield, A. B. S. (2020). Estratégias de acompanhamento psicológico da parentalidade adotiva: Notas sobre experiências grupais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 85-97. <http://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.549>
- Menezes, K. L., & Dias, C. M. D. S. B. (2018). Compreendendo os fenômenos que emergem nos encontros de pretendentes à adoção. *CIAIQ2018*, 2. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1791>
- Moré, C. L. O. O., & Ribeiro, C. (2010). Trabalhando com grupos na estratégia saúde da família [Recurso eletrônico]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Oliveira, E. L., Neis, L. F., & Falcke, D. (2020). De volta ao passado: Um estudo de caso de insucesso na adoção. *Psicologia em Pesquisa*, 14(2). <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.27790>
- Paulina, E., Ferreira, L., Bobato, S. T., & Becker, A. P. S. (2018). Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. *Boletim-Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 77-86. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008&lng=pt&tlng=pt
- Peixoto, A. C., Giacomozzi, A. I., Bousfield, A. B. S., Berri, B., & Fiorott, J. G. (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 89-108. <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n63a05>
- Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: Do afeto a devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva, Erechim*, 37(138) 143-154. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: Desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26(1), 311-324. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: Entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>
- Santos, M. A. (2004). Percepções de pais acerca de uma experiência em grupo de apoio a adotantes: Uma construção sistêmica. *Revista da SPAGESP*, 5(5), 29-36. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702004000100006&lng=pt&tlng=pt
- Schwochow, M. S., Almeida, M. L., & Frizzo, G. B. (2020). A criança imaginária no contexto de espera pela adoção. *Contextos Clínicos*, 13(2), 451-474. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.132.05>
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: A espera compartilhada do futuro. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 40-50. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200007&lng=pt&tlng=pt
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: Grupo de apoio para candidatas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&tlng=pt
- Silva, P. S., Cassarino-Perez, L., Sarriera, J. C., & Frizzo, G. B. (2017). A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 608-623. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000382016>
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153-155. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>
- Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: Da família sonhada à família possível*. Casa do Psicólogo.

Submetido: 14/04/2021
Reformulado: 11/06/2021
Aceito: 05/07/2021

Sobre as autoras:

Helena Cristina Almeida Pasin é psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Juliana Gomes Fiorott é Mestre e Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.

Bruna Puente Hensel é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Andréia Isabel Giacomozzi é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Andréa Barbará da Silva Bousfield é Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail de correspondência: hepasin@gmail.com